

Ativismo e má gestão prejudicam vacinação no país

Desarranjo administrativo da era Lula-Dilma levou ao desmonte dos sistemas de prevenção de doenças

Apesar da mobilização nacional contra o sarampo e a poliomelite, no último sábado, quando mais de 36 mil postos de saúde funcionaram em todo o país, os índices de cobertura vacinal dessas doenças ainda permanecem longe da meta. Segundo o **Ministério da Saúde**, a campanha atingiu, até segunda-feira, pouco mais da metade (51%) do público-alvo, ou seja, 5,7 milhões do total de 11,2 milhões de crianças de um a 5 anos incompletos. O objetivo é imunizar 95% até 31 de agosto.

Entre os estados com pior desempenho, está o Rio de Janeiro. De acordo com a **Secretaria estadual de Saúde**, do público-alvo (812 mil crianças), foram vacinados até agora 33,39% contra o sarampo e 31,94% contra a pólio. Percentuais que colocam o Rio na lanterna do ranking, abaixo do Pará (33,59% para o sarampo e 33,6% para a pólio, segundo o **Ministério da Saúde**). Na outra ponta, encontram-se Rondônia (85% para a pólio e 83,45% para o sarampo) e Amapá (76,15% para a pólio e 75,96% para o sarampo). Pelo menos dois estados - Amazonas e Roraima - já enfrentam surtos de sarampo, doença que foi considerada erradicada das Américas em 2016.

Esses resultados desfavoráveis sugerem que autoridades federais, estaduais e municipais da saúde estão apenas se dedicando a cumprir tabela, ou seja, a rotina prevista nos manuais que, em última análise, significa oferecer as vacinas ao público e, eventualmente, convocá-lo ao posto mais próximo. É óbvio que isso não tem sido suficiente para motivar as pessoas. Os números estão aí.

O que não fica visível para o público é a desorganização do aparato estatal que resultou nesse descalabro. A vacinação em massa, periódica, é uma iniciativa louvável da rede pública e antecede à existência do SUS. Começou em 1979 e, progressivamente, levou o país a um padrão de prevenção sanitária invejável à maioria dos países. O que se viu, a partir do governo Lula, foi um desarranjo na gestão do sistema público, cujas causas estão em administração deficiente, disputas técnicas e suspeitas sobre as compras de vacinas (HPV, por exemplo).

A esse quadro, somou-se, mais recentemente, o ativismo político de militantes vinculados ao PT e partidos satélites que, em posições estratégicas nas áreas de prevenção sanitária federal, estaduais e municipais, contribuíram decisivamente para impasses na formulação e execução das campanhas públicas de vacinação. E desse grupo o absurdo discurso eleitoral de que o impeachment de Dilma fez o país regredir na vacinação, na mortalidade infantil e "voltar ao mapa da fome".

A bagunça na saúde, iniciada na era Lula, levou, sim, a uma desorganização do sistema e sinaliza que o país pode de fato regredir na prevenção de doenças, na mortalidade infantil e na manutenção dos níveis básicos de nutrição dos mais pobres. Isso, se mantidas as condições da última década, quando o aparelhamento político e a letargia administrativa contaminaram a gestão, as prioridades e os mecanismos estatais para proteção da saúde dos brasileiros.